

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Presidência
Enviado em: quinta-feira, 9 de junho de 2022 10:55
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: Câmara Municipal de Foz do Iguaçu - Encaminha of. 766/2022-GP
Anexos: of. 766-2022.pdf

De: kelly@fozdoiguacu.pr.leg.br [mailto:kelly@fozdoiguacu.pr.leg.br]
Enviada em: quinta-feira, 9 de junho de 2022 09:31
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>; Presidência <presidente@senado.leg.br>
Assunto: Câmara Municipal de Foz do Iguaçu - Encaminha of. 766/2022-GP

Bom Dia!

Segue anexo, para protocolo, o of. nº 766/2022-GP, subscrito pelo Exmo. Sr. Ney Patrício, Presidente da Câmara Municipal, o qual encaminha a Moção de Apelo nº 9/2022.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA E-MAIL.

Att,





Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 766/2022-GP

Foz do Iguaçu, em 08 de junho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Encaminha Moção de Apelo**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado,

Vimos pelo presente encaminhar a Moção de Apelo nº 09/2022, de autoria da Vereadora Yasmin Hachem e outros, aprovada em Sessão Ordinária levada a efeito no dia 07 de junho de 2022, com relação à Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022, que *Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens*.

Atenciosamente,



NEY PATRÍCIO
Presidente

/kn



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

MOÇÃO Nº 9/2022

DE APELO

À CÂMARA DOS DEPUTADOS E AO SENADO FEDERAL

Autora: Vereadora Yasmin Hachem e outros

Os Vereadores com assento na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, que esta subscrevem, vêm, por meio deste instrumento legal, com fundamento no artigo 156 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, submeter ao Plenário a outorga de Moção de Apelo À CÂMARA DOS DEPUTADOS E AO SENADO FEDERAL com relação à Medida Provisória nº 1.116 de 4 Maio de 2022 que Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens.

Inicialmente, destacamos que existe uma divergência entre o entendimento do governo e o dos auditores fiscais do trabalho sobre o impacto do Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, instituído pela MP 1.116, senão vejamos: enquanto o governo alega que haverá aumento de vagas, os auditores fiscais do trabalho estimam que haverá redução de 432 mil vagas de aprendizizes.

A Medida Provisória não incentiva as empresas a contratarem mais aprendizizes. Ao contrário, ela estimula o descumprimento da cota de aprendizagem ao proibir a aplicação de multas e ao perdoar metade das multas já aplicadas às empresas infratoras.

Para além da paralisação da fiscalização e do afrouxamento da Lei da Aprendizagem, a MP traz outros artigos que precisam ser rejeitados, tais como o que permite contar em dobro o cumprimento da cota quando a empresa contrata adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas com deficiência, vítimas do trabalho infantil ou em outras situações de risco e vulnerabilidade social, o que acaba aumentando o prazo de duração do contrato, de dois para três anos e o que institui o cumprimento fictício da quota, por um ano (quando o aprendiz é efetivado na empresa).



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Ao contabilizar em dobro na cota da aprendizagem, a MP em questão pressupõe que o fato de a pessoa ser vulnerável, deficiente, cumprindo medida socioeducativa, estar em situação de risco ou vulnerabilidade trará à empresa contratante algum tipo de prejuízo. Os jovens e adolescentes pertencentes a estes grupos não podem de maneira alguma ser vistos com um encargo a empresa.

Tal medida não beneficia em nada os jovens, é totalmente discriminatória, e vai na direção oposta a todos os avanços e progressos que o Estado Democrático de Direito e a população conquistaram ao longo das últimas décadas, na defesa dos direitos humanos, do tratamento igualitário e inclusivo.

Importante ressaltar que não existe nenhuma urgência que justifique a inclusão do tema da MP, pois essa matéria já está sendo apreciada por Vossas Excelências, no PL 6.461/2019 (Estatuto do Aprendiz).

Sinteticamente, embora tenha criado um programa para supostamente incentivar as empresas a contratarem mais aprendizes, a MP 1.116 acaba deixando as empresas livres de multa por até 2 anos, e acaba perdendo 50% das dívidas das que já foram autuadas por descumprir a lei de aprendizagem atual. A MP também cria várias regras que vão acabar gerando em uma redução de vagas, como a cota fictícia, a contagem da cota em dobro e o aumento da duração do contrato de aprendizagem.

Ao todo, a MP irá prejudicar mais de 432 mil adolescentes e jovens que irão deixar de ser contratados como aprendizes nos próximos 2 anos, segundo cálculo dos auditores de trabalho.

Trata-se de uma MP orientada pela prevalência da liberdade econômica e dos acordos individuais sobre os direitos básicos previstos na legislação e nos acordos e convenções coletivas. Não regula praticamente nada, mas desregula muitos direitos. Sugere aos empregadores aderirem ao programa em troca da isenção das penalidades e multas que sofreram por não cumprirem as quotas de menores aprendizes. Flexibiliza direitos sem gerar empregos e oportunidades para as mulheres e menores aprendizes que deveriam ser o foco principal.

Diante de todo o exposto, encaminhamos a presente **MOÇÃO DE APELO À CÂMARA DOS DEPUTADOS E AO SENADO FEDERAL** com relação à Medida



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Provisória nº 1.116, de 4 maio de 2022 que “Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens”, para que seja rejeitada pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2022.

Yasmin Hachem
Yasmin Hachem
Vereadora

Valdir de Souza Maninho
Valdir de Souza Maninho
Vereador

Anice Gazzoni
Anice Gazzoni
Vereadora

Ney Patrício
Ney Patrício
Vereador

Kalito Stoeckl
Kalito Stoeckl
Vereador

Dr. Freitas
Dr. Freitas
Vereador

João Moraes
João Moraes
Vereador

Rogério Quadros
Rogério Quadros
Vereador

Alex Meyer
Alex Meyer
Vereador

Adnan El Sayed
Adnan El Sayed
Vereador

Jairo Cardoso
Jairo Cardoso
Vereador

Edivaldo Alcantara
Edivaldo Alcantara
Vereador

Proteora Carol Dedonati
Proteora Carol Dedonati
Vereadora

Cabo Cassol
Cabo Cassol
Vereador